

IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA

Eleições e Representação política

Aprendendo a jogar pelas regras do jogo:

o impacto do regime na construção de carreiras políticas em áreas de segurança nacional
no RS

Rafael Machado Madeira (PUCRS)¹
rafaelmachadomadeira@gmail.com

Dirceu André Gerardi (PUCRS)²
andregerardi3@hotmail.com

Brasília, DF

04 a 07 de agosto de 2014

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e coordenador do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia da PUCRS.

2 Doutorando e bolsista Prosup/Capes e pesquisador vinculado ao Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia.

Aprendendo a jogar pelas regras do jogo: o impacto do regime na construção de carreiras políticas em áreas de segurança nacional no RS

Rafael Machado Madeira (PUCRS)

Dirceu André Gerardi (PUCRS)

Resumo: A designação de “área de segurança nacional” permitiu aos militares o controle sobre a indicação de prefeitos em duas décadas (1966-1985). Ao definir quem receberia as chaves da prefeitura, o regime impacta diretamente a correlação de forças entre lideranças políticas em âmbito local. A perseguição à líderes mais combativas ao regime deixa espaço livre para as lideranças que deram sustentação política ao mesmo. Mas o impacto dos militares na política local não se restringe à exclusão dos “esquerdistas” da cena eleitoral. Seja apoiando uma liderança tradicional em detrimento de outra(s), seja forçando algum tipo de compromisso entre os diferentes grupos, ou ainda patrocinando o ingresso de novas lideranças, o regime teve impacto direto sobre o aumento ou diminuição das chances de manutenção de carreiras políticas ao longo de sua vigência e mesmo após o seu término. Tendo em vista este cenário a pesquisa pretende: 1) identificar o perfil dos nomeados (vínculos anteriores com a política partidária e/ou eleitoral; 2) mensurar até que ponto o regime patrocinou o ingresso de novas lideranças políticas e 3) constatar se estas lideranças tiveram interesse e condições de manter suas carreiras após o término da transição.

Palavras Chave: Regime autoritário – Prefeitos nomeados – Carreiras políticas

Introdução

É impossível analisar a história recente do Brasil sem levar em consideração a última experiência autoritária (1964-1985) pela qual passou nosso país. Tal fato pode ser facilmente identificado em diferentes esferas como, por exemplo, na economia (crescimento econômico associado com aumento da concentração de renda, da desigualdade social e da inflação), na sociedade civil (repressão e desarticulação de movimentos sociais), bem como na atuação do estado (militarização e cultura de violência policial). A esfera político-partidária não foge à regra. A simples constatação de que o regime criou um sistema bipartidário (que se constituiu na matriz da reorganização do atual multipartidarismo brasileiro, Madeira, 2006) e patrocinou o ingresso/consolidação de diversas lideranças arenistas (através, por exemplo, dos governos estaduais) demonstra o impacto do regime na esfera político-partidária.

Esta pesquisa pretende buscar respostas às seguintes questões: os prefeitos nomeados nos municípios considerados área de segurança nacional eram políticos tradicionais, ou *outsiders*? Estes prefeitos tentaram manter suas respectivas carreiras políticas após o final do regime? Em caso afirmativo, eles tiveram êxito em tal empreitada? Diversos estudos demonstraram o impacto da experiência autoritária na esfera política em âmbito nacional (Power, 2000; Madeira 2006 e 2011; Grimberg, 2009; Jenks, 1979 e Carvalho, 2008) e estadual (Madeira 2002; Oliveira, 2010). Esta análise pretende mensurar o impacto do regime militar prioritariamente na dinâmica político-partidária municipal (Madeira e Gerardi, 2012).

Mais precisamente, o que se busca mensurar é até que ponto o regime civil-militar impactou o processo de seleção e recrutamento de elites em âmbito local e, principalmente, se este impacto se prolonga após o término do regime. A hipótese a ser testada é a de que também em âmbito municipal as estratégias implementadas pelo regime continuaram impactando o cenário político, mesmo após o seu término, em pelo menos dois aspectos. Por um lado **1**) reforçou a possibilidade de manutenção de carreiras (dado que exclusividade do acesso a incentivos seletivos durante praticamente duas décadas beneficia quadros do partido governista). Por outro lado **2**) o fato da nomeação ser prerrogativa do governo federal permitiu a Brasília reproduzir nestes municípios estratégia de patrocínio de novas elites políticas (com perfil tecnocrático), assim como ocorre em âmbito estadual (Madeira, 2002).

Toma-se aqui como objeto de análise os padrões de carreira política dos prefeitos nomeados pelo regime militar nas áreas de segurança nacional do estado do Rio Grande do Sul. Esta análise abrange 141 casos que se distribuem em 29 municípios significativamente

heterogêneos entre si (ver anexo). Nosso universo de análise compreende municípios grandes (como Porto Alegre), médios (Bagé e Uruguaiana) e pequenos (Herval e Vicente Dutra), de todas as regiões do estado e com diferentes perfis socioeconômicos.

O fato de estes municípios terem sido designados “área de segurança nacional” permitiu ao regime o controle sobre a indicação de prefeitos ao longo de duas décadas (1964-1985). Tendo em vista o fato de que o executivo municipal constitui-se no principal posto eletivo em âmbito local, é razoável pressupor que ao definir quem receberia (e por quanto tempo manteria) as chaves da prefeitura, o regime acaba por impactar diretamente na correlação de forças entre tradicionais e novas lideranças políticas em âmbito local. Para além de perseguir, de cassar os direitos políticos, de prender e de condenar ao exílio as lideranças políticas “radicais de esquerda” e mais combativas ao regime, deixando assim espaço livre para as lideranças que apoiaram e deram sustentação política ao mesmo, identifica-se aqui que os militares impactaram diretamente nas disputas entre seus apoiadores. Seja apoiando uma liderança tradicional em detrimento de outra(s), seja forçando algum tipo de compromisso entre os diferentes grupos, seja patrocinando o ingresso de novas lideranças (burocratas sem experiência eleitoral anterior), o regime teve impacto direto sobre o aumento ou diminuição das chances de manutenção de carreiras políticas ao longo de sua vigência e mesmo após o seu término.

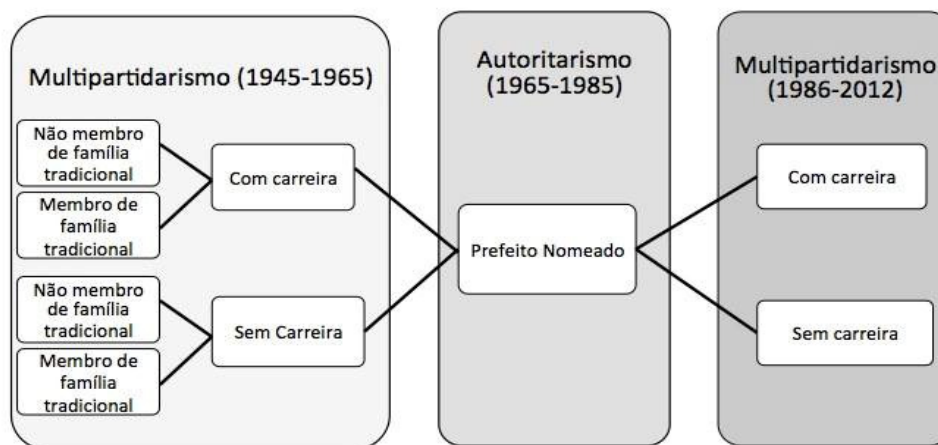
Busca-se aqui, portanto, explorar uma dimensão ainda pouco analisada do impacto do regime sobre a classe política brasileira: a sua relação com a Arena em âmbito municipal. Mais que o mercado eleitoral, será o regime que exercerá o papel de recrutador e selecionador de lideranças político-partidárias. Esta análise trabalha com dois conjuntos de dados: o primeiro constitui-se em banco de dados de carreira (anterior e posterior ao período) e de recrutamento dos 141 casos analisados; o segundo conjunto de dados corresponde a 35 entrevistas (gravadas em vídeo) realizadas no ano de 2012 em alguns dos municípios analisados).

Recrutamento e carreira dos nomeados: uma proposta de tipologia

A tipologia proposta para guiar a análise das carreiras dos prefeitos nomeados permite identificar pelo menos oito rotas, resultantes do cruzamento entre dados de recrutamento (família tradicional) e de carreira política (anterior e posterior ao regime). Estas rotas estão estruturados a partir de diferentes combinações entre três eixos principais: 1) o fato dos nomeados pertencerem ou não a famílias políticas tradicionais; 2) a existência de carreira prévia à nomeação para o cargo de prefeito municipal e 3) a manutenção, ou não, das

respectivas carreiras após o final do regime e a normalização do jogo eleitoral nos municípios.

Figura 1 – Tipologia: recrutamento e carreiras políticas



A sobreposição destes três eixos permite a classificação dos nomeados pelo regime em oito rotas diferentes de carreira política. E será a frequência de casos em cada rota que servirá como parâmetro para mensurar o impacto do regime na configuração das elites políticas locais, bem como no mercado eleitoral pós-regime nos municípios analisados. A tipologia tem como primeiro corte o fato dos nomeados serem (ou não) provenientes de famílias políticas tradicionais³.

Define-se aqui por carreira tanto cargos eletivos, quanto cargos não eletivos (secretarias municipais e estaduais, postos em estatais, indicação para tribunais, etc.) ocupados pelos prefeitos nomeados. Na segunda parte deste trabalho, a análise dos padrões de carreiras prévia e posterior ao regime permitirá identificar qual destes dois caminhos se constitui na principal via de continuidade das carreiras analisadas.

Quadro 1 – As oito rotas

| Rota | Originário de família política | Carreira prévia (1945-1965) | Carreira posterior (1979-2012) |
|------|--------------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| 1 | Família tradicional | Com carreira | Com carreira |
| 2 | Família tradicional | Com carreira | Sem carreira |
| 3 | Família tradicional | Sem carreira | Com carreira |
| 4 | Família tradicional | Sem carreira | Sem carreira |
| 5 | Sem família tradicional | Com carreira | Com carreira |
| 6 | Sem família tradicional | Com carreira | Sem carreira |
| 7 | Sem família tradicional | Sem carreira | Com carreira |
| 8 | Sem família tradicional | Sem carreira | Sem carreira |

³ O critério para se definir se a família do nomeado é “tradicional” é bastante simples: a existência de parente em primeiro ou segundo grau que tenha ocupado cargo eletivo antes da nomeação à prefeitura.

Analisando-se o primeiro ramo da tipologia (nomeados com famílias tradicionais), identifica-se que este se divide entre os nomeados pertencentes a famílias tradicionais que possuíam carreira política prévia à nomeação (1 e 2) e os que ainda não haviam conquistado nenhum cargo eletivo⁴ (3 e 4). As rotas 1 e 3 apontam para uma influência exercida pelo regime sobre a correlação de forças entre seus apoiadores. Neste caso, argumenta-se que o impacto do regime teria sido mais o de reforçar os principais grupos políticos dentre os quadros da Arena do que o de criar/patrocinar novos quadros. As rotas 2 e 4 (sem carreira posterior) reproduzem a mesma dinâmica, mas indicam uma influência menor do regime sobre a correlação de forças dos diferentes grupos que o apoiavam dado que este apoio não teria sido suficiente para a manutenção destas lideranças após a redemocratização (seja por desistência de concorrer/ocupar cargos, seja pelo insucesso eleitoral).

O segundo ramo é composto pelos nomeados que não provêm de famílias políticas tradicionais. Assim como no caso anterior, este grupo é dividido entre os que possuíam carreira anterior e os que não possuíam. Ao primeiro (rotas 5 e 6), presume-se que possuíam liderança própria dado que não provinham de famílias tradicionais e já possuíam inserção eleitoral no âmbito municipal quando da nomeação. O segundo (rotas 7 e 8), permite identificar com maior precisão se existiu no âmbito municipal a reprodução da estratégia implementada pelo regime em nível estadual (Nery, 1975 e Madeira, 2002 e 2006) de patrocinar o ingresso na esfera político-partidária de grupos (geralmente ligados à tecnocracia) até então sem experiência partidária.

Com base na maior ou menor frequência de cada grupo, pode-se estabelecer as seguintes linhas interpretativas:

- 1) Rotas 1 a 6 → Regime não cria nova elite, mas reforça (1, 3 e 5) carreiras já existentes;
- 2) Rotas 1 a 4 → Regime aposta em lideranças herdeiras de capital político familiar (com ou sem carreira política própria);
- 3) Rotas 5 a 8 → Regime lança mão de lideranças despossuídas de capital político familiar (com ou sem carreira política própria);

4 Pode-se argumentar que a classificação dos “com família e sem carreira” sofre de ambigüidade dado que o fato de serem integrantes de famílias tradicionais tenderia a facilitar, cedo ou tarde, a conquista de mandatos eletivos. Mesmo absorvendo esta crítica, argumenta-se aqui que é impossível prever se os mesmos teriam êxito ao ingressar na competição eleitoral se não tivessem sido nomeados pelo regime. Por outro lado, pode-se afirmar com maior segurança que o fato de terem iniciado sua carreira política formal já como prefeitos apontados e apoiados pelo regime garantiu o sucesso inicial de suas respectivas carreiras.

- 4) Rotas 2, 4, 6 e 8 → Sejam estas lideranças novas ou antigas, uma maior frequência de casos nestes grupos indica menor impacto do regime no processo de transição. Pode-se supor aqui que tal fenômeno ocorra em função de uma “deputação” do mercado eleitoral poliárquico e/ou que as lideranças apoiadas pelo regime não aprenderam a “jogar pelas regras do jogo” e fracassaram – ou não tentaram – na tentativa de manter suas respectivas carreiras após o término do regime.
- 5) Rotas 1, 3, 5 e 7 → Indicam que a influência do regime sobre o processo de reconfiguração partidária foi significativa em âmbito local. Efeito de “reserva de mercado” se prolonga para além do regime.
- 6) Rotas 1 e 2 → Regime aposta em lideranças tradicionais, já testadas e com bases políticas estabelecidas no período anterior;
- 7) Rotas 7 e 8 → Regime forja o ingresso de novas lideranças (*outsiders*) em âmbito local com, ou sem sucesso (7 e 8, respectivamente)

Quadro 2 – O peso de cada rota de recrutamento/carreira

| Rota | Originário de família política | Carreira prévia (1945-1965) | Carreira posterior (1979-2012) | Frequência |
|-------------|---------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------|-------------------|
| 1 | Família tradicional | Com carreira | Com carreira | 5 |
| 2 | Família tradicional | Com carreira | Sem carreira | 3 |
| 3 | Família tradicional | Sem carreira | Com carreira | 12 |
| 4 | Família tradicional | Sem carreira | Sem carreira | 8 |
| 5 | Sem família tradicional | Com carreira | Com carreira | 14 |
| 6 | Sem família tradicional | Com carreira | Sem carreira | 11 |
| 7 | Sem família tradicional | Sem carreira | Com carreira | 9 |
| 8 | Sem família tradicional | Sem carreira | Sem carreira | 9 |

O primeiro dado que convém destacar é o que não aparece acima. Do universo de 141 casos, foi possível mapear e classificar com segurança até o presente momento 71 casos, ou seja, a metade do conjunto de prefeitos nomeados no estado⁵. Feita esta ressalva e retomando as linhas interpretativas estabelecidas anteriormente, uma primeira aproximação aos dados indica que o conjunto dos prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul constitui-se em um grupo significativamente heterogêneo, dado que seis dos oito padrões apresentam uma frequência que gira em torno de 10 casos. A única rota que se destaca das demais

⁵ Neste estágio da pesquisa, estamos trabalhando no sentido de preencher as lacunas nos 70 casos ainda incompletos em nosso banco de dados. Algo que é dificultado pelo número de prefeituras em questão e pelo fato de a maioria dos municípios não possuir dados sistematizados sobre os perfis de seus ex-prefeitos. Encontrar dados vinculados aos períodos anteriores (1945-1965 e 1965-1985) dificulta ainda mais o acesso aos mesmos.

(rota cinco), com 14 casos representa 20% do universo. Nota-se também que com exceção das duas primeiras rotas, a distribuição dos casos é surpreendentemente equilibrada, girando em torno de 11 casos, com os extremos representando um leve desvio para baixo (8) e um para cima (14). Esta frequência significativa e equilibrada em seis das oito rotas já indica de antemão que o peso do regime e o grau de centralização do processo de nomeação em Brasília não significaram a eleição de um perfil aplicado *a priori* para a escolha dos prefeitos (ao menos no que tange às variáveis aqui analisadas).

Articulando os dados a partir do pertencimento, ou não, dos nomeados a famílias políticas tradicionais, chama a atenção que os prefeitos que não possuíam parente com carreira política (rotas 5, 6, 7 e 8) são mais frequentes do que os herdeiros (rotas 1, 2, 3 e 4) de capital político familiar (43 e 28, respectivamente). Tal achado indica que elites políticas locais já tradicionais não foram o único (talvez sequer o principal) *locus* de recrutamento.

Para se mensurar o peso do regime na disputa pelo poder municipal mesmo após a sua extinção, passa-se agora à leitura dos dados priorizando-se a quarta coluna (carreira posterior). Para tanto, agrupa-se aqui o conjunto de casos anulando as distinções geradas pelo pertencimento a famílias tradicionais e pela existência de carreira anterior. Tal leitura permite identificar que mais da metade dos casos em questão (40 casos) é composto por nomeados que tiveram êxito na manutenção de suas respectivas carreiras (rotas 1, 3, 5 e 7). Por outro lado, o grupo dos que não seguem carreira posterior (rotas 2, 4, 6 e 8) é bastante significativo (31 casos), o que indica que o peso do regime não foi suficiente para garantir a manutenção das carreiras dos prefeitos nomeados.

Até aqui, a heterogeneidade e o equilíbrio da distribuição dos nomeados nos grupos chega a surpreender e indica (pelo menos no agregado) que a reserva de mercado que o regime propiciou a seus apoiadores não teve uma influência determinante na política em âmbito municipal. Deve-se, contudo, chamar a atenção do leitor para o fato de que com estes dados não é possível dividir no grupo dos sem carreira política posterior os que fracassaram dos que sequer tentaram continuar atuando na esfera política.

As linhas interpretativas 4 e 5 dão a pista para a leitura dos dados, organizando-os de forma a isolar quatro perfis distintos:

- a) Político tradicional: membro de família política tradicional e com carreira política prévia (grupos 1 e 2);
- b) Debutante tradicional: membro de família política tradicional, sem carreira política no período anterior (grupos 3 e 4);

- c) Político autônomo: sem família política tradicional, mas com carreira política prévia (grupos 5 e 6);
- d) *Outsider*: sem familiares na política e sem cargos prévios à nomeação para a prefeitura (grupos 7 e 8).

Como a primeira leitura dos dados já adiantou, a nomeação de políticos tradicionais e com carreira prévia foi residual no RS. Este primeiro perfil ilustra apenas 8 trajetórias dentre as aqui identificadas, número significativamente menor que o dos demais perfis.

O segundo perfil, por exemplo, é composto por 20 casos o que indica que as famílias já inseridas na política se constituíram em importante fonte de recrutamento de lideranças jovens, mas articuladas com grupos/máquinas político-partidárias pré-existentes. Estes dados permitem levantar hipótese de que a inserção de jovens lideranças (herdeiras de capital político familiar) foi uma prática significativamente mobilizada na escolha dos nomeados. Não é desprezível também aqui para explicar a diferença entre estes dois grupos o fator geracional: é razoável pensar que ao longo de um período de vinte anos, a geração socializada politicamente no período anterior dê espaço para a geração seguinte.

No entanto, quando passamos à análise dos demais perfis, o provável efeito da variável tempo não se mostra com a mesma consistência dado que o político autônomo (que assim como o político tradicional possui carreira política anterior e sofre a mesma influência do “efeito geracional”) se constitui no perfil mais importante e com maior número de casos identificados no agregado: 25 casos. Analisando-se as rotas individualmente, identifica-se que as duas rotas que compõem este perfil estão entre as três rotas mais importantes.

Por fim, identifica-se que os nomeados sem carreira política anterior compõem também um importante nicho de recrutamento dado que nada menos que 18 prefeitos não possuíam familiares, ou carreira política no período anterior. A significativa frequência de casos neste perfil indica que também no âmbito municipal ocorre na Arena o ingresso de quadros desvinculados das principais lideranças políticas que formam o partido em cada município (*Outsiders*).

No início deste artigo foi dito que trabalhos anteriores buscaram examinar o surgimento no interior da Arena de um significativo grupo de lideranças sem envolvimento partidário orgânico anterior e com perfil mais tecnocrático. Este ingresso teve nas secretarias de estado uma das principais vias de acesso à política partidária dado que após um período em uma secretaria (ou outro cargo de primeiro, ou segundo escalão), estes quadros se cacifavam para disputar uma cadeira seja na Câmara dos Deputados, seja na Assembleia

Legislativa do seu estado. Estudos anteriores identificam que o ingresso destes quadros se torna mais frequente na segunda metade do período, ao menos em âmbito estadual (Madeira, 2002 e 2006 e Nery, 1975). Distribuindo-se os 18 casos deste grupo ao longo do período analisado, identifica-se que na primeira década apenas seis *outsiders* foram nomeados, ao passo que na segunda, 12 *outsiders*, dois terços do total, ascenderam ao posto de prefeito municipal.

A tipologia proposta para mapear os padrões de recrutamento e de carreira política dos prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul indica até aqui uma significativa heterogeneidade deste grupo. A significativa frequência de casos em seis das oito rotas e em três dos quatro perfis atesta tal heterogeneidade. Por fim, destaca-se que esta heterogeneidade é explicada pela presença quase equitativa do Debutante tradicional, do Político autônomo e do *Outsider*.

Radiografia das carreiras políticas: peso de cargos eletivos e não eletivos na construção das carreiras dos prefeitos nomeados

Até aqui, a tipologia proposta permitiu identificar e mensurar as principais características dos padrões de carreira política e de recrutamento dos prefeitos nomeados. A partir deste mapa geral, pretende-se nesta segunda parte do trabalho destrinchar e detalhar mais os dados de carreira dos prefeitos para que se possa identificar se os mesmos se caracterizam majoritariamente pela presença em postos eletivos, postos não eletivos, ou se existe um equilíbrio entre os mesmos. Também se pretende mensurar aqui se existe diferença nesta correlação de cargos entre os períodos anterior e posterior ao Regime.

Cabe chamar a atenção do leitor para o fato de que somente se considerara que o nomeado possui carreira política via postos eletivos se o mesmo tiver sido eleito. Isto é, adota-se aqui um critério conservador (restritivo) para se classificar o prefeito nomeado como possuidor de carreira política. Não basta ao nomeado ter sido filiado, ou ter concorrido a cargo eleitoral dado que o insucesso na eleição (por definição) não permite que o mesmo desenvolva sua carreira política (ao menos pela via eleitoral).

Dentre os principais objetivos de se analisar a presença de carreira política prévia/posterior estão os de 1) identificar o grau de envolvimento dos prefeitos nomeados com partidos, lideranças e máquinas político-partidárias anteriores ao regime e o de 2) mensurar tanto a importância de possuir carreira política própria para ser escolhido prefeito, quanto a

influência de ter sido prefeito nomeado enquanto agente potencializador das chances de manutenção de carreira política no período pós-redemocratização.

A opção por não considerar apenas filiação partidária, ou candidaturas não exitosas como carreira política dificulta atingir o primeiro objetivo, dado que encontramos casos de prefeitos que possuíam vínculos estreitos, sólidos e longevos com seus respectivos partidos, lideranças, ou com máquinas político-partidárias no período anterior, mas que constam no banco de dados como despossuídos de carreira. Um exemplo de herdeiro de capital político “não formal” que foge à classificação aqui adotada pode ser identificado neste trecho do depoimento de um dos prefeitos entrevistados. Apesar de ser herdeiro de estancieiros detentores de um capital político e familiar de peso no município e na região, o fato deste prefeito nomeado e de nenhum parente próximo ter ocupado cargo eletivo formal faz com que o mesmo seja classificado como não oriundo de família política tradicional.

Entrevistador: O seu pai... Na família do seu pai e de sua mãe existia algum político? Os irmãos deles, da sua mãe e do lado do seu pai eram políticos? Como que funcionava isso?

Entrevistado: Do lado do meu pai, o meu avô paterno chamava-se [...] e era cognominado General [...] porque participou da revolução de 1893 e, quando foi na revolução de 1923 **ele montou um exército próprio, um exército de 700 a 900 homens à custa dele pra pelear nessas coxilhas do rio grande contra, na época, o governador Borges de Medeiros.** [...]

[...] Então ficou um homem, não é... Muito autentico e ao mesmo tempo muito importante na região.

Por outro lado, pelo lado da minha mãe não tem ninguém a ver com a vida política pública. **Mas o meu avô que era um fazendeiro muito forte e de ideias muito claras ele... Ele era fanático pelo parlamentarismo e bancou a suas expensas o Partido Libertador durante muito tempo.**

Inclusive quando o Presidente Getúlio Vargas se “*deshouve*” com um grupo político do Rio Grande do Sul do qual o líder era Raul Pilla... O meu avô... **O Raul Pilla teve que deixar o país.** Ficou dois anos fora do país; tava perseguido pelo Governo Federal e **foi para a fazenda do meu avô no Uruguai depois, foi morar na propriedade do meu avô em Montevideú.**

Então, **pelos dois lados eu tenho alguma coisa** mas o meu lado forte, digamos, é o lado paterno [...]. (Entrevista 27, concedida em 22/11/2012)

A tipologia não capta esta influência dado que ao invés de postos formais, são os vínculos de amizade, as relações de compadrio e os interesses setoriais que se constituem neste caso no principal capital político do entrevistado.

Por outro lado, tal critério confere à análise maior precisão quando se busca mensurar a liderança eleitoral exercida pelos nomeados antes e depois da nomeação (objetivo número 2). Ao se excluir os nomeados que apenas se filiaram a partidos mesmo não ocupando cargos eletivos (ou disputando-os sem sucesso) e ao incluir nesta categoria somente aqueles que passaram pelo crivo das urnas, sendo bem-sucedidos no teste eleitoral, a análise se torna também mais precisa.

Entrevistador: Eu queria perguntar pro senhor, depois que o senhor deixou então de ser prefeito, o que o senhor fez? No caso a gente viu que **o senhor foi candidato em 88 a prefeito né, foi candidato em 92** e depois disso...

Entrevistado: E depois disso **eu concorri a vereador e também não me elegi**.

Entrevistador: Concorreu a vereador... Pelo PP?

Entrevistado: Pelo PP.

Entrevistador: Qual foi o ano que o senhor concorreu?

Entrevistado: Foi em 96. **Mas fui secretário depois, dois anos, da agricultura**.

Entrevistador: **E depois de 2006?**

Entrevistado: **De 2006, 2007 e 2008 fui secretário**. (Entrevista 31, concedida em 10/12/2012)

Este relato ilustra de forma clara o contexto em questão, em que um ex-prefeito tenta, mas não obtém êxito em dar continuidade a sua carreira política via postos eletivos dado que o mesmo concorre e perde eleições para prefeito e vereador em três oportunidades. Casos como este indicam que o fato de ter sido nomeado não é garantia de sucesso eleitoral posterior.

Recuperando o que foi afirmado no início deste trabalho, tal relato é importante também por permitir chamar a atenção para a relevância de se desmembrar o que se define por carreira política em dois grupos: postos eletivos e postos não eletivos. Para além de postos eletivos, o período na prefeitura pode permitir aos seus ocupantes estabelecer e/ou fortalecer, vínculos e redes de contato estratégicos para a carreira posterior destes agentes. Podendo, assim, abrir portas para um leque variado de posições que dependem de indicação de governantes nos três poderes, nos três níveis da federação, em empresas estatais, etc. Como esta é uma via fundamental de acesso e manutenção de carreiras políticas, o seu mapeamento e mensuração também é objetivo da presente análise. No caso do prefeito em questão, a ocupação de postos no primeiro escalão do governo municipal em diferentes administrações exemplifica esta questão.

Quadro 3 – Carreira anterior (1945-1965)

| | Posto eletivo | | | Posto não eletivo | | |
|-------|---------------|------|---------|-------------------|------|----------|
| | Casos | % | %válido | Casos | % | % válido |
| Sim | 42 | 29,7 | 36,5 | 22 | 15,6 | 22,2 |
| Não | 73 | 51,7 | 63,5 | 77 | 54,6 | 77,8 |
| NI | 26 | 18,4 | --- | 42 | 29,7 | --- |
| Total | 141 | 100 | 100 | 141 | 100 | 100 |

Ao se desagregar os dados referentes à carreira política anterior dos nomeados, pode-se ter a dimensão da relevância de cada grupo de cargos na manutenção das carreiras dos futuros prefeitos. Tomando-se como critério de mensuração a ocupação de postos no período anterior, identifica-se que no conjunto os prefeitos nomeados se caracterizam por uma reduzida participação. O contingente de nomeados sem passagem em cada grupo é claramente majoritário, chegando a quase oitenta por cento dos casos válidos no que tange aos postos não eletivos.

Quadro 4 – Cruzamento: eletivos e não eletivos (1945-1965)

| Posto eletivo | Posto não eletivo | | | Total |
|---------------|-------------------|-----|----|-------|
| | Sim | Não | NI | |
| Sim | 6 | 25 | 11 | 42 |
| Não | 16 | 52 | 5 | 73 |
| NI | 0 | 0 | 26 | 26 |
| Total | 22 | 77 | 42 | 141 |

No quadro anterior pode-se identificar a frequência de nomeados que possuem passagem por postos eletivos e não eletivos separadamente. Aqui, o objetivo é cruzar os dois grupos para estabelecer a distinção entre os que não tinham nenhuma experiência, os que possuíam carreira exclusivamente eletiva, exclusivamente não eletivas e os que possuíam carreiras mistas quando foram nomeados. Destaca-se do quadro acima que em apenas seis oportunidades identifica-se nomeados com carreiras marcadas pelo trânsito entre os dois grupos. Destaca-se, ainda, a importância do grupo formado por nomeados que possuíam apenas cargos não eletivos e, por fim, constata-se novamente aqui a relevância do grupo dos nomeados sem passagem por nenhum cargo político, dado que este grupo é mais numeroso que a soma dos três grupos com experiência prévia. Este dado é relevante uma vez que o exercício do mandato na prefeitura confere ao dois último grupos citados a sua primeira experiência no executivo municipal sem ter passado pelo crivo do eleitor. Isto é, quando assumiram a prefeitura, 68 (de um total de 99 casos mapeados) nomeados nunca havia tido a experiência de ganhar uma eleição.

Quadro 5 – Carreira posterior (1979–2012)

| | Posto eletivo | | | Posto não eletivo | | |
|-------|---------------|------|----------|-------------------|------|----------|
| | Casos | % | % válido | Casos | % | % válido |
| Sim | 43 | 30,5 | 41,3 | 37 | 26,2 | 39,8 |
| Não | 61 | 43,2 | 58,7 | 56 | 39,7 | 60,2 |
| NI | 37 | 26,2 | --- | 48 | 34 | --- |
| Total | 141 | 100 | 100 | 141 | 100 | 100 |

O mesmo padrão verificado nos quadros precedentes se repete no período posterior à passagem pela prefeitura dado que também neste período os grupos dos que não ocuparam cargos (eletivos e não eletivos) são os que apresentam as maiores frequências. Mais uma vez, identifica-se que a maioria não segue carreira política posterior, seja por abandonar a atividade política, seja por não obter êxito eleitoral no período pós-redemocratização.

A análise das entrevistas indica, para além do fracasso eleitoral, algumas pistas para explicar a baixa frequência de manutenção de carreiras: 1) o retorno de empresários/agricultores as suas atividades na iniciativa privada e 2) a aposentadoria, ou o retorno de militares “sem o cacoete para a política” à caserna após o exercício dos mandatos. No que diz respeito à primeira razão, contudo, o alegado retorno às atividades privadas pode também servir para encobrir e justificar tal afastamento. Para sanar esta dúvida, deve-se empreender análise mais detalhada de cada contexto municipal (caso a caso). Tal empreitada foge ao escopo do trabalho neste momento, mas será realizada ao longo da análise das entrevistas.

Quadro 6 – Cruzamento: eletivos e não eletivos (1979 – 2012)

| Posto eletivo | Posto não eletivo | | | Total |
|---------------|-------------------|-----|----|-------|
| | Sim | Não | NI | |
| Sim | 21 | 11 | 11 | 43 |
| Não | 12 | 43 | 6 | 61 |
| NI | 4 | 2 | 31 | 37 |
| Total | 37 | 56 | 48 | 141 |

Mais uma vez os dados deste período desenham um contexto marcadamente semelhante ao do período anterior. Assim como o trecho de entrevista citado acima, os dados aqui também indicam que mesmo tendo usufruído com exclusividade dos benefícios (incentivos seletivos, Panebianco, 2005) do controle exclusivo sobre o executivo municipal durante duas décadas, os quadros da Arena (então, já majoritariamente no PDS) tiveram dificuldades para enfrentar o processo de reabertura do mercado eleitoral e de reincorporação de lideranças “de esquerda” à disputa pelo executivo via voto. Tais dados refutam a hipótese de

que este controle sobre o executivo tenha garantido aos quadros do PDS a continuidade de suas respectivas carreiras políticas.

Quadro 7 – Familiar na política

| | Família Política | | |
|-------|------------------|------|----------|
| | Casos | % | % válido |
| Sim | 34 | 24,1 | 39,5 |
| Não | 52 | 36,9 | 60,5 |
| NI | 55 | 39 | --- |
| Total | 141 | 100 | 100 |

Por fim, a distribuição dos nomeados entre os que possuíam e os que não possuíam familiares detentores de cargos políticos é um pouco mais equilibrada embora ainda chame a atenção o fato de que o maior grupo é composto pelos prefeitos sem familiares na política. Tal achado pode ser explicado pelo caráter restritivo adotado nesta análise para incluir casos neste grupo, mas também reflete cenários que aparecem com frequência nas entrevistas realizadas: a decisão explícita de indicação de quadros sem qualquer envolvimento, experiência, ou traquejo eleitoral. Quadros estes muitas vezes desvinculados das principais lideranças da Arena no município (via de regra os principais postulantes ao cargo).

Considerações finais

Retomando-se as proposições levantadas como hipótese, constata-se que a primeira proposição foi apenas parcialmente confirmada uma vez que o exercício do poder por duas décadas não garantiu êxito na continuidade de carreira dos quadros da Arena. Já a segunda proposição parece mais plausível em função do contingente expressivo de prefeitos nomeados sem carreira política prévia e sem familiares que tenham ocupado cargos políticos (eletivos e não eletivos). Tais achados confirmam que elites partidárias não foram o único *lócus* de recrutamento utilizado. Mas problematizam um dos pressupostos da construção da própria hipótese: dar como dada que a indicação era definida sempre a partir de um mesmo procedimento.

A riqueza de informações extraída das entrevistas realizadas com 35 dos prefeitos nomeados permite identificar contextos significativamente distintos que marcaram as escolhas e disputas pela nomeação. De um lado, identifica-se uma diversidade muito grande no que tange a realidade de cada município (que englobam desde a capital, até um conjunto significativo de pequenos municípios – isolados no interior do estado, localizados em região

de fronteira e/ou em pontos estratégicos como o porto de Rio Grande), de outro lado, existe o procedimento que em tese normatizaria a escolha (elaboração de lista tríplice pelo diretório municipal da Arena, encaminhada ao governador, que faria a indicação do escolhido para passar pelo crivo de Brasília).

O fato de a palavra final estar em Brasília confere, teoricamente, possibilidade de uniformizar as escolhas realizadas. Contudo, os relatos deixam claro que paralelo ao protocolo, havia uma sobreposição de dinâmicas que iam muito além das diferenças existentes entre os municípios como, por exemplo: 1) a correlação de forças em âmbito municipal, que muitas vezes definiu a escolha; 2) em outros casos, os vínculos políticos e/ou de amizade com deputados (estaduais e/ou federais), ministros, militares locados em posições estratégicas e até mesmo com o governador e com o presidente da República é que são fundamentais; 3) identificaram-se casos em que a definição veio direto da capital, por decisão do governador; e 4) casos em que tal decisão foi tomada em Brasília. Nestes dois últimos cenários, muitas vezes o escolhido sofria resistência por parte das elites locais da Arena.

Muitas vezes, em um mesmo município o processo de indicação era definido com base em mais de uma das variáveis levantadas acima, como se pode identificar claramente nos relatos que seguem:

Entrevistado: **Visse... O Pires era conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Então o pessoal queria uma administração inovadora na fronteira então escolheram. [...]** E aí o Pires me procurou vendo se eu poderia ajuda-lo. Aí eu falei:

-“Olha Pires eu posso te ajudar, mas tem algumas condições. A principal é a seguinte, não ganho nada, não quero emprego, mas o que tu precisar de mim eu te ajudo e pego firme contigo.”.

E ele foi me usando muito e eu fui me entrosando muito e nesse tempo o Presidente **Médici era presidente; Foi quem nomeou ele** e, terminou que os pleitos de Bagé, esses, às vezes o Pires me mandava para eu tratar **porque eu ficava hospedado com o Presidente e tinha muita facilidade**. As verbas finais para esse grande... Presidente Médici... O ginásio de esportes... A gente foi várias vezes a Brasília para liberar. Então, eu fui usado entende? De bom gosto. De muito bom gosto, pelo Pires para ajudar Bagé.

E aí claro, teu nome aparece... Começa todo mundo a te conhecer... Eu fiquei também muito amigo do João Figueiredo por causa do Presidente Médici, em Porto Alegre, quando ele era apenas General de Exército.

Resultado, depois que o Presidente Médici saiu do poder... Que foi o Presidente Geisel... **Eu mantive sempre, com o Figueiredo, uma aproximação muito grande porque ficamos muito amigos e gostávamos das mesmas coisas, de cavalo, de mate... Então eu passei a ir muito a Brasília e ia lá para a Granja do Torto. [...]**

No outro dia o Figueiredo disse: - “O que tu quer do governo? Tu tem que vir pra cá comigo.”. Eu disse: -“Olha Presidente vamos olhar bem nos olhos... Eu não venho para cá! Eu não estou interessado em nada daqui. Não faz a minha cabeça. Eu tenho outra vida, to bem na vida, to criando meus filhos em uma cidade do interior que é muito mais fácil; não tenho nenhum atrativo para vir pra cá a não ser a sua amizade, mas daqui a quatro anos acaba o seu mandato e se eu vier pra cá quando eu voltar, não encontro mais o que é meu. Eu não posso abandonar o que é meu.”.

-“Mas tu é difícil...”. **Aquela história toda... Resultado; Ele bateu na mesa: -“Então tu vai ser o prefeito de Bagé.”.**

-“Tá. Se eu não tiver que sair de lá, tudo bem.”. E eu terminei Prefeito assim.

[...] **Por isso que eu caí de Prefeito... Eu não tinha nada a ver com isso, nada, nada, nada a ver...** (Entrevista 27, concedida em 22/11/2012).

No caso do município em questão, o fato de o mesmo ser terra natal de um dos presidentes do período de exceção (Garrastazu Médici) constitui-se em fator determinante para se entender os processos de escolha dos nomeados. O relato a seguir também indica que em um mesmo município a correlação de forças de cada contexto (quem eram os pretendentes, quais eram os seus principais trunfos, qual era o grau de interesse dos governos estadual e federal no município, etc.) faz com que cada município pode ser comparado a um tabuleiro de xadrez, com as peças em constante movimento e em que cada escolha é resultado de diferentes disposições das peças no tabuleiro.

Entrevistador: Então um dos inícios da sua carreira política foi dentro da administração a convite do Capitão Zoé, é isso?

Entrevistado: Exatamente, a convite.

Entrevistador: Qual era a sua atividade lá?

Entrevistado: A minha atividade era de secretário da administração. O Capitão Zoé veio para cá nomeado, ele veio **de Porto Alegre, era da brigada militar, capitão da brigada**. E ele veio pra cá em fevereiro de 69 por **indicação do Peracchi Barcelos que era o governador na época, Walter Peracchi Barcelos e o Peracchi também era da brigada**.

Entrevistador: Esse foi escolhido direto pelo governador então? Não teve reunião do partido aqui e nada?

Entrevistado: **Esse foi direto de cima**. Acontece o seguinte, houve aqui uma série de reuniões, eu até nem participei dessas reuniões, de pessoas pretendentes a prefeito.

Entrevistador: Isso na época do Zoé?

Entrevistado: **Não, antes de ser nomeado o Zoé. Tinha o Barbieri, tinha o Clemente Santignon, era um deles, tinham outros candidatos que queriam ser a todo trapo prefeito nomeado**. Mas como houve uma batalha em Porto Alegre e cada um ia lá: “eu quero ser”, “eu quero ser” e “eu quero ser”. O

governador não gostou dessa intriga interna que se formou por causa dessa ganância de querer ser, **o governador chamou o Capitão Zoé com quem ele tinha bastante intimidade** e convidou ele para ser prefeito, nomeou ele para ser prefeito de Porto Lucena. E aí **no começo deu uma revolta daqueles que queriam ser porque veio um prefeito de fora**, mas eu posso lhe dizer que o Capitão Zoé foi um baita prefeito, um homem sério, um homem íntegro, um homem honesto a toda prova, eu trabalhei com ele seis anos e meio praticamente. [...]

Daí fiquei com o Capitão Zoé de 69, 29 de março de 69, nunca me esqueço, eu assumi como secretário até julho, se não me engano, de 75 quando daí então foi nomeado o Clemente Santinon e eu continuei como secretário do Clemente também. Moral da história: **eu fiquei doze anos e oito meses como secretário da administração direto, dos dois prefeitos. E aí fui nomeado prefeito em 81.** [...]

Entrevistado: [...] na verdade acontece o seguinte: a norma para a nomeação de prefeitos nas áreas de segurança era a indicação, a exigência do governo, de lista tríplice de nomes para que o governo escolhesse um nome desses dos três para ser nomeado. E realmente essa lista foi encaminhada aqui, eu disse pro prefeito Clemente, que mais insistiu pra que eu fosse prefeito, eu disse:

-“Clemente eu aceito colocar meu nome, agora, se é pra mim estar concorrendo e fazer rixa política como já deu no passado antes do Capitão Zoé assumir, eu prefiro ficar fora, não quero, prefiro que não.” (Clemente responde): -“Não, eu já falei com o governador, o governador me disse que é pra mim trazer os três nomes lá porque a norma indica, mas você vai ser o nomeado.”.

(Entrevistado finaliza): -“Nessas condições eu aceito.”. (Entrevista 10, concedida em 24/10/2012).

Tal relato explicita que em um primeiro contexto, o nomeado “veio de cima”, por escolha do governador. E o entrevistado veio a ser nomeado somente após 12 anos como secretário municipal. Este é justamente o trunfo que o entrevistado relata como sendo fundamental para a sua escolha: seu domínio (*expertise*) sobre a máquina burocrática e administrativa da prefeitura e seu conhecimento acerca da vida do município. Mas, como o depoimento indica, talvez estes atributos não seriam suficientes se não houvesse também a intermediação e o apoio do prefeito que saía do cargo junto ao governador do estado.

Este trabalho ainda está em desenvolvimento. Suas próximas etapas envolvem o aprimoramento da presente análise em pelo menos três frentes: 1) a busca pelos dados de carreira e de parentesco ainda ausentes; 2) o aprimoramento e discussão de potencialidades e limites dos critérios definidos para construção da tipologia proposta e 3) finalização da transcrição das entrevistas e análise mais aprofundada das mesmas. A articulação e aprimoramento destas diferentes ferramentas analíticas representam um significativo desafio. Desafio este cujo enfrentamento gera muitas dificuldades, mas que pode render bons frutos para se lançar luzes sobre um período particular de nossa história e tão pouco estudado no âmbito da disciplina. Por fim, e independentemente do recorte

temporal desta pesquisa, busca-se avançar no sentido de compreender melhor a articulação entre dinâmicas políticas que caracterizam as três esferas de governo: municipal, estadual e nacional.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Alessandra. (2008). Elites Políticas Durante o Regime Militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB (**Tese: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – UFRJ**). Rio de Janeiro.

GRINBERG, Lúcia. (2009). **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X.

JENKS, Margaret S. (1979). **Political Parties in Authoritarian Brazil**. PhD Dissertation, Duke University.

MADEIRA, Rafael Machado. (2002). **ARENA ou ARENAs?** A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros. (**Dissertação de Mestrado**). Porto Alegre: PPG – Ciência Política: UFRGS.

_____. Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. (**Tese de Doutorado**) Porto Alegre: PPG-**Ciência Política**: UFRGS.

_____. (2011), A atuação de ex-arenistas e ex-emedebistas na Assembleia Nacional Constituinte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Volume 26, Número 77. São Paulo: 189-203.

MADEIRA, Rafael M.; GERARDI, Dirceu A. (2012). Descomprimindo tendências: os embates intrapartidários no interior da ARENA e MDB em eleições municipais gaúchas (1968-1976). In: **Cuarto Congresso Uruguayo de Ciencia Politica**. Montevideo, Uruguai.

NERY, Sebastião. (1975). **As 16 derrotas que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

OLIVEIRA, Ueber J. de. (2010). Considerações acerca da configuração político-partidária do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional das disputas eleitorais entre Arena e MDB (1964/65-1979). **II Seminário Nacional de Sociologia e Política** Curitiba: UFPR.

PANEBIANCO, Angelo. (2005). **Modelos de Partido**. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes.

POWER, Timothy J. (2000). **The political right in postauthoritarian Brazil**. Elites, institutions and democratization. Pennsylvania State University Press.

Anexo I – Dados dos prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul

| Nome | Município | Ano início | Ano final | Entrada | Eleito 45/65 | Bur. 45/65 | Eleito 79/12 | Bur. 79/12 | Fam. Pol. | Rota |
|-------------------------------------|------------|------------|-----------|------------------------|--------------|------------|--------------|------------|-----------|--------|
| Albano Emílio Jung | Alecrim | 1969 | 1973 | Nomeado | Sim | | | | | |
| Dário A. Schaedler | Alecrim | 1983 | 1986 | Nomeado | | | Sim | | Sim | 1 ou 3 |
| José E. Rauber | Alecrim | 1964 | 1969 | Eleito | Sim | | | | | |
| João O. Schaedler | Alecrim | 1973 | 1983 | Nomeado | Sim | | | | | |
| Eugênio O. Rockenba | Alecrim | 1964 | 1969 | Eleito | Sim | | | | | |
| Lauro Aluísio Rech | Alecrim | 1973 | 1983 | Nomeado | | | | | | |
| Carlos S. Azambuja | Bagé | 1979 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Sim | 3 |
| José W. Barcellos | Bagé | 1964 | 1969 | Eleito pela CV | Não | Não | Não | Não | | 4 ou 8 |
| Carlos M. M. Silveira | Bagé | 1975 | 1975 | Interino | Sim | Não | Não | Não | Sim | 2 |
| Antônio C. S. Pires | Bagé | 1971 | 1975 | Nomeado | Não | Sim | Não | Sim | Não | 5 |
| Darci Barcellos | Bagé | 1964 | 1969 | Eleito pela CV | | | | | | |
| Luiz Simão Kalil | Bagé | 1978 | 1979 | Interino | Sim | Não | Sim | Sim | Sim | 1 |
| Cel. Washington Bandeira | Bagé | 1969 | 1971 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Sim | 4 |
| Camilo Moreira | Bagé | 1975 | 1978 | Nomeado | Sim | Sim | Sim | Sim | Não | 5 |
| Cláudio B. Schultz | Canoas | 1984 | 1985 | Interino | Não | Sim | | Sim | | 1 ou 5 |
| Luiz Jeronymo Busato | Canoas | 1978 | 1978 | Nomeado | | | | Sim | Não | 5 ou 7 |
| Ney de M. Calixto | Canoas | 1983 | 1984 | Interino | Não | Não | Sim | | Sim | 3 |
| Geraldo G. Ludwig | Canoas | 1973 | 1979 | Nomeado | | | | | | |
| Hugo S. Lagranha | Canoas | 1969 | 1971 | Nomeado | Sim | Sim | Sim | Não | Não | 5 |
| Oswaldo C. Guindani | Canoas | 1979 | 1983 | Nomeado | | | | | | |
| Daniel Cruz Costa | Canoas | 1971 | 1973 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Não | 8 |
| Francisco Biazus | Canoas | 1985 | 1985 | Interino | Não | Não | Não | Sim | Não | 7 |
| Aparício Piccinin | Catuípe | 1969 | 1977 | Eleito, depois nomeado | Sim | Não | Sim | Não | Não | 5 |
| Taurino C. de Souza (vice-prefeito) | Catuípe | 1969 | 1977 | Eleito, depois nomeado | Sim | | | | Sim | 1 a 4 |
| Constantino Demeneghi | Catuípe | 1977 | 1982 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Não | 8 |
| Luiz F. Menegon | Catuípe | 1977 | 1982 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Não | 7 |
| Pedro H. Hoffmann | Crissiumal | 1964 | 1969 | Eleito, depois nomeado | Sim | Não | Não | Não | Não | 6 |
| Carlos Willy Grun | Crissiumal | 1980 | 1985 | Nomeado | Não | Sim | Não | Sim | Não | 5 |

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------|------|------|----------------|-----|-----|-----|-----|-----|-------------|
| Pedro O. Scheid | Crissiumal | 1975 | 1980 | Nomeado | Sim | Não | Não | Não | Não | 6 |
| Benno Bender | Crissiumal | 1969 | 1975 | Nomeado | Sim | Não | Sim | Não | Não | 5 |
| José C. Coelho Leal | Dom Pedrito | 1975 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Sim | 3 |
| Crispim C. da Cruz | Dom Pedrito | 1964 | 1975 | Nomeado | Sim | | Sim | | Sim | 1 |
| Cyro V. da S. Filho | Herval | 1966 | 1967 | Eleito | Sim | | Sim | | | 1 ou 5 |
| Luiz Lima de Faria | Herval | 1964 | 1966 | Eleito | Sim | | Não | | | 1,2,5 ou 6 |
| Walter N. Ferreira | Herval | 1969 | 1979 | Nomeado | Sim | Sim | Não | | Não | 5 ou 6 |
| Ottoni A. da Silveira | Herval | 1979 | 1985 | Nomeado | Não | | Sim | | | 1,3,5 ou 7 |
| José Luiz Ruschel | Horizontina | 1982 | 1985 | Nomeado | Não | | Sim | Sim | | 1,3, 5 ou 7 |
| Walter Bündchen | Horizontina | 1971 | 1975 | Nomeado | Sim | | | | | 1,2,5, ou 6 |
| Alfonso Lückemeyer | A Horizontina | 1964 | 1971 | Nomeado | Sim | Não | | | | 1,2,5 ou 6 |
| Irineu Colato | Horizontina | 1985 | 1982 | Nomeado | Não | Sim | Sim | Sim | Não | 5 |
| Nelson N. dos Santos | Iraí | 1980 | 1983 | Interino | Não | Não | Não | Não | Não | 8 |
| Ruy Born | Iraí | 1971 | 1979 | Nomeado | Não | Não | | Sim | | 3 ou 7 |
| Urivalde Pigato | Iraí | 1964 | 1971 | Nomeado | Sim | Não | Sim | Não | Sim | 1 |
| Juarez T. Boita | Iraí | 1979 | 1980 | Interino | Não | Não | Não | Não | Não | 8 |
| Mario L. Flores | Itaqui | 1964 | 1974 | Nomeado | Sim | Não | Não | Sim | | 1 ou 5 |
| Alcides O. Muraro | Itaqui | 1979 | 1985 | Nomeado | Sim | Não | Não | Sim | Sim | 1 |
| Lydio C. da Silva | Itaqui | 1974 | 1979 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | | 4 ou 8 |
| Aldo F. Rosa | Jaguarão | 1979 | 1986 | Nomeado | | | Sim | | | 1,3,5, ou 7 |
| Claudionor B. Dode | Jaguarão | 1975 | 1979 | Nomeado | | | Sim | | | 1,3,5, ou 7 |
| Rubens G. Marques | Jaguarão | 1964 | 1969 | Nomeado | Não | Não | Não | Sim | Sim | 3 |
| Darnô Fonseca | Jaguarão | 1969 | 1975 | Nomeado | | | | | | |
| Jorge Dariva | Osório | 1975 | 1982 | Nomeado | Não | Não | Não | | | 3,4,7 ou 8 |
| Carlos F. D. Azambuja | Osório | 1969 | 1975 | Nomeado | Não | Sim | Não | Não | | 1,2,5 ou 6 |
| Bruno Niederauer | Osório | 1982 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | | 4 ou 8 |
| Otaviano B. Noronha | Osório | 1982 | 1982 | Nomeado | Sim | Não | Sim | Não | | 1 ou 5 |
| Telmo T. Flores | Porto Alegre | 1969 | 1975 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Não | 7 |
| Célio M. Fernandes | Porto Alegre | 1965 | 1969 | Nomeado | Sim | | | | | 1,2,5 ou 6 |
| Renato Souza | Porto Alegre | 1965 | 1965 | Eleito pela CV | Sim | Não | Não | Não | Não | 6 |
| Guilherme S. Villela | Porto Alegre | 1975 | 1983 | Nomeado | Não | Sim | Sim | Sim | | 1 ou 5 |
| João Antônio Dib | Porto Alegre | 1983 | 1986 | Nomeado | Sim | Sim | Sim | Sim | Não | 5 |
| Célio M. Fernandes | Porto Alegre | 1964 | 1965 | Interino | Não | Não | Não | Não | Não | 8 |
| Waldemar Bordim | Porto Lucena | 1966 | 1969 | Eleito | Não | | Sim | | | 1,3,5 ou 7 |
| Zoé de Souza Garcia | Porto Lucena | 1969 | 1975 | Nomeado | | | | | | |
| Eugenio R. Werlang | Porto Lucena | 1981 | 1985 | Nomeado | Não | Sim | Sim | Sim | Não | 5 |
| Clemente Santignon | Porto Lucena | 1975 | 1981 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Sim | 3 |
| Hugo Feier | Porto Xavier | 1966 | 1976 | Nomeado | Sim | Não | Não | Não | Não | 6 |
| Ouidio Kaiser | Porto Xavier | 1979 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Não | Sim | Sim | 3 |
| Paulo Martim Engers | Porto Xavier | 1976 | 1979 | Nomeado | | | | | Sim | 1,2,3 ou 4 |

| | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------|------|------|------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|------------|
| Juarez C. Gomes | Quaraí | 1979 | 1985 | Nomeado | Não | Sim | Sim | Não | Não | 5 |
| Heraclides S. Helena | Quaraí | 1964 | 1978 | Nomeado | Sim | Não | | | Sim | 1 ou 2 |
| Abel Abreu Dourado | Rio Grande | 1981 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Não | 7 |
| Gen. Armando Cattani | Rio Grande | 1966 | 1969 | Nomeado | Não | Sim | Não | Não | Não | 6 |
| Irio Figueira Sucena | Rio Grande | 1978 | 1978 | Interino | | | | Sim | | 1,3,5 ou 7 |
| Cap. Martiniano F. de Oliveira | Rio Grande | 1964 | 1966 | Nomeado | Não | Não | | | Não | 7 ou 8 |
| Ten. Cel. Cid S Vieira | Rio Grande | 1969 | 1975 | Nomeado | Não | Não | Não | Sim | Não | 7 |
| Rubens E. Corrêa | Rio Grande | 1975 | 1978 | Nomeado | Não | Não | Sim | Não | Sim | 3 |
| Adair Vicente Brum | Roque Gonzales | 1975 | 1981 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Sim | 3 |
| José B. de Brum | Roque Gonzales | 1981 | 1983 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Sim | 4 |
| Leocadio O. Welter | Roque Gonzales | 1969 | 1975 | Eleito | | | Não | Não | Não | 6 ou 8 |
| José D. Bordim | Roque Gonzales | 1969 | 1975 | Eleito | Não | Não | Não | Não | Não | 8 |
| Arão de S. Antunes | Roque Gonzales | 1966 | 1969 | Nomeado | Não | Sim | Não | Não | Não | 6 |
| Pedro V. O. Marques | Roque Gonzales | 1983 | 1985 | Nomeado | Não | Sim | Não | Sim | Não | 5 |
| Hugo G. Soares | Sta. Palmar Vit. | 1979 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Não | 8 |
| Cel. José Menna B. Lamper | Sta. Palmar Vit. | 1969 | 1975 | Nomeado | | | | | | |
| João de O. Rodrigues | Sta. Palmar Vit. | 1964 | 1969 | Eleito | Sim | Não | Não | Não | Não | 6 |
| Dr. Aury de Oliveira | Sta. Palmar Vit. | 1976 | 1979 | Nomeado | | | | | | |
| Milton Linn Molinos | Santana do Livramento | 1964 | 1969 | Eleito | Sim | Não | Não | Não | Não | 6 |
| Guilherme B. Costa | Santana do Livramento | 1975 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Sim | Não | Não | 7 |
| Ney C. Campos | Santana do Livramento | 1971 | 1975 | Nomeado | Sim | | | | | 1,2,5 ou 6 |
| General Antônio M. Borges | Santana do Livramento | 1969 | 1971 | Nomeado | | | | | Não | 5,6,7 ou 8 |
| José Pereira Alvarez | São Borja | 1966 | 1974 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Sim | 3 |
| Bel. Arneldo Matter | São Borja | 1984 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Não | 8 |
| João Carlos M Escobar | São Borja | 1974 | 1979 | Nomeado | Sim | Não | Não | Não | Sim | 2 |
| Hildebrando A. Guimarães | São Borja | 1982 | 1984 | Nomeado | | | | | | |
| Salvador L. P Alvarez | São Borja | 1979 | 1982 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Sim | 4 |
| Rudi Weber | São Nicolau | 1979 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Não | 7 |
| Sady Martins Portela | São Nicolau | 1966 | 1969 | Nomeado | Não | | | | Não | 5,6,7 ou 8 |
| Vicente Miguel Soares | São Nicolau | 1969 | 1971 | Nomeado | Não | Sim | | | Não | 5 ou 6 |
| Ademar R. da Silveira | São Nicolau | 1971 | 1975 | Nomeado | | | | | | |
| Ercy G. de Oliveira | São Nicolau | 1975 | 1979 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Sim | 4 |
| Alcides José Salamoni | Tenente Portela | 1964 | 1971 | Eleito, depois nomeado | Não | Não | Não | Não | Sim | 4 |
| Arlindo Schwantes | Tenente Portela | 1972 | 1975 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Sim | 4 |
| Teobaldo Willi Pilger (vice-Prefeito) | Tenente Portela | 1964 | 1969 | Eleito, depois | Não | Não | Não | Não | Sim | 4 |

| | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------|------|------|------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|------------|
| | | | | nomeado | | | | | | |
| Israel Capellari | Tenente Portela | 1976 | 1981 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Sim | 4 |
| Lúcio A. Motta | Tenente Portela | 1981 | 1985 | Nomeado | Não | Sim | Sim | Sim | Sim | 1 |
| General Luiz Dêntice | Tramandaí | 1967 | 1971 | Nomeado | | | | Não | | |
| Elói Braz Sessim | Tramandaí | 1979 | 1983 | Nomeado | Não | Não | Sim | Não | Sim | 3 |
| Onil X. dos Santos | Tramandaí | 1971 | 1973 | Nomeado | Sim | Não | Não | Não | | 2 ou 6 |
| Egídio Sarconi Neves | Tramandaí | 1979 | 1979 | Interino | Não | Não | Não | Não | | 4 ou 8 |
| Aury De Oliveira | Tramandaí | 1973 | 1975 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | | 4 ou 8 |
| Elói Braz Sessim | Tramandaí | 1978 | 1979 | Interino | Não | Não | Sim | Não | Sim | 3 |
| João Carlos Wender | Tramandaí | 1983 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Sim | Não | | 3 ou 7 |
| Décio G. De Azevedo | Tramandaí | 1975 | 1978 | Nomeado | Não | | | Não | | |
| Renato Oppermann J. | Tres Passos | 1979 | 1986 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | | 4 ou 8 |
| Egon Lautert | Tres Passos | 1975 | 1979 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | | 4 ou 8 |
| Egon J. Goelzer | Tres Passos | 1969 | 1975 | Nomeado | Sim | Não | Não | Não | | 2 ou 6 |
| Alcides Braun | Tres Passos | 1964 | 1969 | Eleito, depois nomeado | Sim | Sim | Não | Não | | 2 ou 6 |
| Ermindo C. Schwerz | Tucunduva | 1970 | 1973 | Nomeado | Sim | Não | Não | Sim | Não | 5 |
| João Puhl | Tucunduva | 1963 | 1970 | Eleito, depois nomeado | Sim | Não | Não | Não | Não | 6 |
| Artur Fronza | Tucunduva | 1979 | 1982 | Eleito pela CV | Sim | Não | Não | | Sim | 1 ou 2 |
| João Puhl | Tucunduva | 1973 | 1979 | Nomeado | Sim | Não | Não | Não | Não | 6 |
| Nerci Camera | Tucunduva | 1983 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Não | 7 |
| Aquiles Turra | Tuparendi | 1964 | 1971 | Eleito | Sim | Não | Não | Não | Não | 6 |
| José A. Grando | Tuparendi | 1983 | 1985 | Nomeado | Não | Não | Sim | Sim | Sim | 3 |
| Luiz Mattiazzi | Tuparendi | 1979 | 1983 | Nomeado | Não | Não | Não | Não | Não | 8 |
| Candido Giordani | Tuparendi | 1971 | 1979 | Nomeado | Não | Não | Não | Sim | Não | 7 |
| Francisco F. S. Pedroso | Uruguaiiana | 1985 | 1985 | Interino | Não | Não | Sim | | | 3 ou 7 |
| Francisco C. S. de Barros Coelho | Uruguaiiana | 1979 | 1980 | Nomeado | Não | Sim | | | Sim | 1 ou 2 |
| Antonio A. B. Carus | Uruguaiiana | 1976 | 1979 | Nomeado | Não | Sim | Sim | Sim | Não | 5 |
| Newton L. Ulrich | Uruguaiiana | 1976 | 1976 | Interino | | | | | | |
| Homero Tarragó | Uruguaiiana | 1964 | 1968 | Eleito | Sim | Sim | Não | Não | Sim | 2 |
| Cel. Gilberto O. M. Schmitt | Uruguaiiana | 1968 | 1976 | Nomeado | | | | | | |
| Antonio A. B. Carus | Uruguaiiana | 1980 | 1985 | Nomeado | Não | Sim | Sim | Sim | Não | 5 |
| Carlos Dalcin | Vicente Dutra | 1971 | 1975 | Nomeado | | | | Não | | |
| Rudi Ervino Kirchoff | Vicente Dutra | 1969 | 1979 | Interino | Não | Não | Não | | | 3,4,7 ou 8 |
| Osmar José da Silva | Vicente Dutra | 1979 | 1982 | Interino | Não | Não | Sim | | | 3 ou 7 |
| Emílio C. Pastório | Vicente Dutra | 1966 | 1967 | Nomeado | | | | | | |
| Sérgio E. Dal Forno | Vicente Dutra | 1975 | 1977 | Interino | | | | Sim | | 1,3,5 ou 7 |
| Augusto Fabris | Vicente Dutra | 1969 | 1971 | Interino | | | | | | |
| Cel. Ápio P. De Vasconcelos | Vicente Dutra | 1969 | 1971 | Nomeado | | | | | | |